

MOOVE COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S/A

CNPJ nº 35.679.564/0001-87

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos 15 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois (15/09/2022), em primeira chamada, à cidade de São Paulo - SP reuniram-se na sede desta entidade os acionistas que representam a totalidade do capital social da sociedade anônima fechada **Moove Comercializadora de Energia S/A**, que assinam a presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária. **Convocação:** Nos termos do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76 c/c art. 8º, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, fica dispensada a convocação, tendo em vista o comparecimento unânime dos acionistas, os quais representam a totalidade do capital social da companhia. **Ordem do Dia:** Reforma Geral do Estatuto Social Abertos os trabalhos, foram eleitos para **presidir** a mesa e **secretariar** a presente Assembleia Geral Extraordinária (AGE), **respectivamente**, o Sr. **Raimundo de Paula Batista Neto**, brasileiro, casado em regime de comunhão total de bens, engenheiro eletricitista, nascido em 28/11/1948, portador da carteira de identidade nº MG-17.534-056, expedida em 29/05/2008 pela PIC-2205, inscrito no CPF/ME sob nº 047.701.456-91, residente e domiciliado no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Rua Doutor Benjamim Moss, nº 331, Apto. 501, Bairro Cidade Nova, CEP 31.170-260e o Sr. **Álvaro Augusto dos Santos Silva**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, consultor de energia, nascido em 27/08/1986, portador da carteira de identidade RG nº MG-14.384.259, expedida em 17/09/2002 pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob nº 087.658.996-44, residente e domiciliado no Município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, à Alameda Pau-Brasil, nº 65, Bairro Sonho Verde, CEP 33.236-336; a AGE aprovou por unanimidade, as seguintes deliberações: **1. Da Reforma Geral do Estatuto Social** A Assembleia aprovou, por unanimidade, a reforma do Estatuto Social, nos seguintes termos: O artigo 2º do Estatuto Social passa vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º - O objeto da sociedade será o comércio atacadista e varejista de energia elétrica, atividades de consultoria em gestão empresarial, a intermediação de compra e venda de energia elétrica a terceiros, holdings de instituições não-financeiras e Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente" O artigo 6º do Estatuto Social passa vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º - A cada ação ordinária nominativa corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais." O artigo 10º do Estatuto social passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 10º - Os diretores poderão ser remunerados, sendo que esta decisão e suas remunerações deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral." O artigo 12º do Estatuto social passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 12º - A sociedade poderá ter um Conselho Fiscal, composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela assembleia-geral que o instalar, admitida a reeleição." Parágrafo único - A remuneração dos membros efetivos do Conselho fiscal será fixada pela Assembleia Geral que o instalar. A Assembleia aprovou a reforma geral do estatuto social, nos termos constantes do **Anexo I**, que reflete a consolidação do estatuto. **2. Consolidação do Estatuto** Ao contínuo foi aprovado à consolidação do Estatuto Social da Companhia, incluindo as alterações acima aprovadas, na forma do **Anexo I** desta Ata, devidamente autenticado pela Mesa, numerado e arquivado na sede da Companhia, e que deverá ser levado a arquivamento na Junta Comercial apartado a mesma. **3. Aprovação Unânime das Pautas** Aprovada todas as deliberações desta ata, por unanimidade dos acionistas, e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente AGE, da qual se lavrou a presente que, sendo lida e conferida por todos os presentes, foi assinada pelo Presidente da Mesa, pelo Presidente da Companhia e pelos Acionistas que representam 100% (cem por cento) do Capital Social da Companhia. **4. Encerramento:** Concluídas as deliberações e nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da mesa determinou a lavratura da presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos acionistas e pelos demais presentes. São Paulo - SP, 15 de setembro de 2022. **Raimundo de Paula Batista Neto** - Presidente da Assembleia; **Álvaro Augusto dos Santos Silva** - Secretário da Assembleia, **Raimundo de Paula Batista Neto** - Acionista; **Altra Participações Ltda Álvaro Augusto dos Santos Silva** - Acionista. **Anexo I Estatuto Social Consolidado da Moove Comercializadora de Energia S/A CNPJ - 35.679.564/0001-87** - Parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/09/2022. **Estatuto Social - Moove Comercializadora de Energia S/A - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração Artigo 1º - Moove Comercializadora de Energia S/A** é uma sociedade anônima de capital fechado, que se regerá por este Estatuto e, e nos casos omissos, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A sociedade tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, CJ 11 e 12 VGS, 1º e 2º andares, sala 02, Bairro Pinheiros, CEP 01452-002, podendo criar e extinguir filiais e escritórios em todo o território nacional, a critério da Diretoria. **Artigo 3º** - O objeto da sociedade é o comércio atacadista e varejista de energia elétrica, atividades de consultoria em gestão empresarial, a intermediação de compra e venda de energia elétrica a terceiros, holdings de instituições não-financeiras e Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente. **Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações Artigo 5º** - O capital social é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias e comuns, no valor de R\$1,00 (um real) cada. **Parágrafo único** - As ações são nominativas, desde que integralizadas pelos acionistas, e individuais em relação à sociedade, que reconhecerá um proprietário para cada ação. **Artigo 6º** - Cada ação ordinária nominativa corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Capítulo III - Da Diretoria Artigo 7º** - A sociedade será administrada por uma Diretoria composta por 2 (Dois) membros (acionistas ou não), mas residentes no país, com mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição, formada pelos seguintes cargos: **a)** Presidente **b)** Diretor Administrativo **Artigo 8º** - A Diretoria terá as atribuições e poderes que a lei lhe confere para assegurar o funcionamento regular da sociedade, podendo assumir as mais diversas obrigações em nome desta, ficando, ainda, autorizada: **a)** A instalar, manter e extinguir filiais, sucursais ou agências em qualquer parte do território nacional; **b)** Alienar, onerar ou gravar bens imóveis; **c)** Elaborar toda a prestação de contas anuais. **§ 1º** - Compete ao Presidente: **a)** Convocar as Assembleias gerais e reuniões da Diretoria, assim como presidir-las e nomear secretário; **b)** Assumir quaisquer outras obrigações, dar quitação, assim como abrir, fechar e movimentar contas em bancos; **c)** Firmar contratos em nome da Sociedade; **d)** Organizar as finanças da Sociedade, exercendo um controle financeiro; **e)** Representar a sociedade em juízo ou fora dele e constituir procuradores. **§ 2º** - Compete ao Diretor Administrativo **a)** Dirigir as atividades comerciais da sociedade; **b)** Ser o responsável técnico pelos contratos firmados; **c)** Coordenar as atividades técnicas de cada contrato ou projeto da Sociedade; **d)** Auxiliar o Presidente e, quando necessário, substituí-lo em casos de urgência e ausências. **Artigo 9º** - Na hipótese de vaga ou impedimento temporário de um dos Diretores, será o mesmo substituído pelo outro, que acumulará as funções até que a Assembleia Geral eleja o substituto. **Artigo 10º** - Os diretores poderão ser remunerados, sendo que esta decisão e suas remunerações deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral. **Artigo 11º** - No caso de vaga ou impedimento definitivo do cargo de quaisquer Diretores, a sua substituição se fará por nova eleição na Assembleia Geral que, para isso, será convocada. **Parágrafo único** - O diretor substituto que for eleito completará o mandato do Diretor substituído. **Capítulo IV - Do Conselho Fiscal Artigo 12º** - A sociedade poderá ter um Conselho Fiscal, composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela assembleia-geral que o instalar, admitida a reeleição. **Parágrafo único** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que o instalar. **Artigo 13º** - Compete ao Conselho Fiscal: **a)** Fiscalizar as atividades da Sociedade; **b)** Fiscalizar a prestação de contas; **c)** Convocar Assembleia Geral no caso de inércia ou omissão do Presidente. **Capítulo V - Assembleia Geral Artigo 14º** - As Assembleias gerais são ordinárias e extraordinárias, presididas pelo Diretor e, na sua ausência ou impedimento, pelo acionista escolhido entre os presentes, a quem caberá escolher o Secretário. **Artigo 15º** - A Assembleia Geral ordinária se reunirá anualmente, nos quatro primeiros meses de cada ano, para discutir, examinar e aprovar o relatório, balanço geral e demais contas da Diretoria, assim como o parecer do Conselho Fiscal, caso instalado, e deliberar sobre qualquer assunto de interesse social. **Artigo 16º** - A Assembleia Geral extraordinária se reunirá quando convocada e deliberará sobre a ordem do dia constante no edital de convocação. **Capítulo VI - Exercício Social, Lucros, Reservas e Dividendos Artigo 17º** - O exercício social terá prazo de 01 (um) ano e encerrar-se-á em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando, então, será procedido o levantamento geral do balanço. **§ 1º** - A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou em qualquer outra época do ano, obedecendo-se nesses casos, aos preceitos técnicos constantes no art. 18 deste Estatuto. **§ 2º** - A diretoria poderá, em qualquer tempo, antecipar, pela forma que julgar conveniente, a distribuição de dividendos aos acionistas em função dos balanços levantados, subordinando-se essa medida à aprovação posterior da Assembleia Geral. **§ 3º** - Os balanços poderão ser certificados por auditores, em sociedade revisora desconhecida idoneidade, podendo, a revisão, ter caráter permanente e ficando a Diretoria autorizada a instituí-la e mantê-la. **Artigo 18º** - Os lucros líquidos, regularmente apurados nos balanços, após as deduções legalmente previstas, observando o disposto no artigo 152, da Lei, 6.404/76, serão distribuídos na seguinte conformidade: 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal; o restante será distribuído como dividendos aos acionistas e terão as demais destinações que forem deliberadas pela Assembleia Geral. **Artigo 19º** - Os dividendos, uma vez aprovados pela Assembleia Geral Ordinária, serão distribuídos aos acionistas em época determinada pela Diretoria, mediante aviso aos interessados. **Capítulo VII - Da Marca Artigo 20º** - A marca da sociedade pertence exclusivamente aos seus acionistas, não podendo ser utilizada para fins diversos sem a prévia autorização. **Capítulo VIII - Da Proteção de Dados Pessoais Artigo 21º** - Os dados pessoais de acionistas, procuradores, fornecedores e funcionários, serão mantidos pela sociedade em mais alto nível de sigilo. **Capítulo IX - Da Dissolução Artigo 22º** - A sociedade poderá ser dissolvida nos casos previstos em lei. **Capítulo X - Do Foro Artigo 23º** - Quaisquer controvérsias entre os acionistas, oriundas deste Estatuto ou que versem sobre a Sociedade, deverão ser dirimidas no foro da comarca de São Paulo - SP. São Paulo - SP, 15 de setembro de 2022. **Raimundo de Paula Batista Neto** - Presidente.

